

Entrevista &gt;&gt; POR DENISE ZANDONADI / dzandonadi@redegazeta.com.br

## Adriano Pires Rodrigues &gt;&gt; ECONOMISTA, MESTRE EM PLANEJAMENTO ENERGÉTICO

## “O pré-sal está no palanque”

Economista critica forma como o governo trata a nova Lei do Petróleo e diz que tema foi politizado para as eleições

Ao classificar de totalmente politizada e, por isto mesmo, de pouca eficácia para o país a mudança que o governo federal está propondo para a área de petróleo, o economista e consultor Adriano Pires Rodrigues acredita que o novo marco do regulatório beneficiará a União, e prejudicará Estados e municípios produtores. Ele classifica de “míopes” os governadores destes Estados que, ao invés de confrontarem suas posições com o governo federal, preferem medir forças com os Estados não produtores, com quem poderão perder cada vez mais posição.

ter acatado aquelas sugestões um dia antes de ter apresentado os projetos ao Congresso não significava nada. Por quê? Porque, se o governo realmente queria ter negociado alguma coisa com os Estados produtores, deveria ter feito meses antes, ou desde o início do debate e da estruturação dos projetos de lei do novo marco regulatório, e não em cima da hora, um dia antes de enviar todos os projetos prontos para o Congresso. Isso é que mostra a politização e manipulação: deixar de fora do debate todos os entes federativos e, depois, fazer pequenas concessões como se fosse realmente muito bonzinho.

■ ■ O senhor acredita que houve um erro de avaliação dos governadores dos Estados produtores em relação à forma como vêm conduzindo o debate com o governo?

Avalio que houve um erro muito grande dos governadores dos Estados produtores, principalmente dos Estados que têm áreas na camada do pré-sal. Eles não impuseram antes a posição deles em relação à divisão de royalties, por exemplo. Digo isto porque todo mundo sabia que as modificações que o governo federal estava pensando em fazer eram no sentido de dar mais poder ao próprio governo. Isto é

“Deixar os Estados de fora do debate inicial foi uma estratégia inteligente do governo e permitiu elaborar o projeto a seu modo”

■ ■ Por que o senhor afirma que os projetos encaminhados pelo governo federal não são adequados para o país?

Este debate tem um erro de enigma: ele foi politizado



DIVULGAÇÃO

## Quem é

## ADRIANO PIRES RODRIGUES

■ ■ É Economista formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com mestrado em planejamento energético pela Coordenação de Pós-graduação em Engenharia da COPPE/UFRJ e Doutor em economia industrial pela Universidade Paris XIII. Tem experiência em serviço público e a sua última participação no governo federal foi na Agência Nacional de Petróleo (ANP), onde atuou como assessor do diretor geral (2001), superintendente de importação e exportação de petróleo (1998) e superintendente de abastecimento (dezembro de 1998 a agosto de 1999). Na Universidade Federal do Rio de Janeiro, exerceu a função de professor, pesquisador e consultor junto a empresas e entidades internacionais como Unesco, Bird, Anel; CNPq e Unicamp. É sócio-fundador do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE). Atua como consultor no setor de energia elétrica, petróleo e gás natural.

posição. Pires diz que se fosse governador proibiria empresas de petróleo de atracar em seu Estado

“Na medida em que o assunto foi para o palanque, e nunca mais desceu, você deu oportunidade para outros políticos aparecerem”

mente, fica de árbitro, além de ser o grande beneficiado no final da história.

■ ■ Quem mais perde com o sistema de partilha da produção, que é a nova proposta que está em discussão?

Se olharmos os modelos no mundo onde vigora o sistema de partilha, a União recebe o óleo, pega este óleo e o vende como quiser. Porque o royalty e a participação especial (PE)

verno ficar realmente com 50% do óleo produzido, isto vai significar que, na verdade, o governo vai ficar com 80% da renda do barril a ser produzido. Na concessão, essa participação era de 62,4%.

■ ■ Como será efetivamente a divisão do bolo no sistema de partilha?

O governo federal ficará com 79,9%; os Estados produtores, que antes ficavam com 23,8%

ser monopólio, ela vai voltar a ser a única compradora de bens e serviços do Brasil. Será que todo mundo está pensando nisso? A empresa vai comprar sozinha no mercado. Isso é voltar para trás. O papel do Estado é fiscalizar e regular, não é de ser investidor. E eu pergunto: Como isso vai acabar? Pode ser que o governo federal abra mão de um pouquinho mais do royalty dele, porque quando os projetos



## Inicial foi uma estratégia inteligente do governo e permitiu elaborar o projeto a seu modo”

■ **Por que o senhor afirma que os projetos encaminhados pelo governo federal não são adequados para o país?**

Este debate tem um erro de origem: ele foi politizado em excesso. É evidente que ninguém é inocente de achar que não se deve ter um debate político em torno de um tema desta importância, mas o governo colocou a questão do pré-sal muito no palanque e pouco na mesa de negociação. E isso fez com que o governo, desde 2007, quando foi anunciada a descoberta do Campo de Tupi, na Bacia de Santos, tratasse o assunto que envolvia o país inteiro, Estados e municípios produtores e outros não produtores, sem consultar em nenhum momento, mais ninguém, como se estes entes não fizessem parte de uma federação.

■ **O presidente Lula negociou com os governadores do Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo?**

Você se lembra que, na véspera do anúncio dos projetos – naquele show quase circense –, os governadores Paulo Hartung (ES), Sérgio Cabral (RJ), e José Serra (SP) foram a Brasília conversar com o presidente Lula para negociar. E ele acatou algumas das sugestões que os governadores fizeram. Evidentemente que todo mundo sabia que o presidente

avaliou que houve um erro muito grande dos governadores dos Estados produtores, principalmente dos Estados que têm áreas na camada do pré-sal. Eles não impuseram antes a posição deles em relação à divisão de royalties, por exemplo. Digo isto porque todo mundo sabia que as modificações que o governo federal estava pensando em fazer eram no sentido de dar mais poder ao próprio governo. Isto é, eram no sentido do intervencionismo, quase uma volta ao monopólio no setor do petróleo. Isso estava claro o tempo todo e os governadores, não sei porque razão, confiaram no governo, confiaram demais no presidente Lula.

■ **Mas o senhor mesmo reconhece que o governo federal não deu espaço para os governadores e preferiu se manifestar durante a elaboração dos projetos...**

Eles (os governadores) acreditaram que o governo federal iria voltar com o monopólio da Petrobras, mas não iria mexer com o dinheiro (royalties) dos Estados e municípios. Eles não entenderam que, quando foi anunciado pelos ministros de Minas e Energia, presidente da Petrobras e o próprio presidente Lula, este intervencionismo que estava sendo proposto era um intervencionismo global mesmo, tanto na operação quanto na arrecadação de recursos. Quer dizer, o governo trata o pré-sal como um grande projeto político, apostando na eleição da ministra Dilma em 2010 e na volta do presidente Lula em 2014.

“ **Na medida em que o assunto foi para o palanque, e nunca mais desceu, você deu oportunidade para outros políticos aparecerem”**

■ **Mas o Congresso é um bom lugar para se debater e acrescentar mudanças, não?**

Na medida em que o assunto foi para o palanque, e nunca mais desceu, você deu oportunidade para que outros políticos e outros partidos aparecessem para se firmar como lideranças regionais, como é o caso, agora, do governador Eduardo Campos (PSB), de Pernambuco. De maneira inteligente, para se consolidar como uma grande liderança no Nordeste, ele está aparecendo agora para o país como uma liderança que está brigando pelo interesses dos Estados não produtores de petróleo na camada do pré-sal.

■ **O alvo dos governadores não deveria ser a divisão dos royalties, na sua opinião?**

Ao invés de os governadores fazerem uma crítica mais global ao modelo intervencionistas e mais direta, no que se refere ao governo federal, mais uma vez, tiveram uma visão míope do problema e concentraram a discussão na questão dos royalties e começaram a atacar os Estados não produtores. Mais um erro político. E o governo federal, inteligente-

mente, fica de árbitro, além de ser o grande beneficiado no final da história.

■ **Quem mais perde com o sistema de partilha da produção, que é a nova proposta que está em discussão?**

Se olharmos os modelos no mundo onde vigora o sistema de partilha, a União recebe o óleo, pega este óleo e o vende como quiser. Porque o royalty e a participação especial (PE) – que é um outro tipo de royalty – existem nos modelos de concessão e não de partilha. Quem ficará com a maior quantidade de recursos é o governo federal. No modelo atual, que é o de concessão, da renda que é gerada pela venda de um barril de petróleo, 62,4% ficam com o caixa do governo federal. Isto é, considerando tudo: royalties, participação especial, impostos, tudo. Os Estados produtores ficam com 23,8%, incluindo tudo, os municípios produtores com 9,6%, e o restante fica com os Estados e municípios não produtores, Ministérios e fundos de Marinha e outros.

■ **E no regime de partilha, como ficará a divisão?**

No regime de partilha, pode variar um pouco, mas se o go-

“ **Governadores tiveram uma visão míope do problema e concentraram a discussão na questão dos royalties”**

verno ficar realmente com 50% do óleo produzido, isto vai significar que, na verdade, o governo vai ficar com 80% da renda do barril a ser produzido. Na concessão, essa participação era de 62,4%.

■ **Como será efetivamente a divisão do bolo no sistema de partilha?**

O governo federal ficará com 79,9%; os Estados produtores, que antes ficavam com 23,8% vão ficar com 6,2%; os municípios produtores, que antes ficavam com 9,6%, vão ficar com 1,5%; e os Estados não produtores ficarão com 5%; os municípios não produtores ficarão com 5,5%; e os municípios não afetados por operações relativas à exploração e produção de petróleo ficarão com 0,7% e os afetados com 0,7%; e foi criado um fundo ambiental que receberá outros 0,7%.

■ **Na sua avaliação, os quatro projetos que fazem parte do novo marco regulatório são ruins?**

Eu acredito que sim, porque o modelo de concessão só trouxe benefícios para o país. Eu só entendo a mudança de concessão para partilha como um projeto político. Este projeto joga por terra todo o pacto federativo do país. No Brasil, que quer se tornar um grande país, é preciso se respeitar isso. É vital respeitar este pacto federativo, porque o cidadão tem que cobrar as coisas do prefeito e não do presidente da República.

■ **O senhor vê o projeto como uma possibilidade de volta do monopólio da Petrobras?**

Quando a Petrobras voltar a

ser monopólio, ela vai voltar a ser a única compradora de bens e serviços do Brasil. Será que todo mundo está pensando nisso? A empresa vai comprar sozinha no mercado. Isso é voltar para trás. O papel do Estado é fiscalizar e regular, não é de ser investidor. E eu pergunto: Como isso vai acabar? Pode ser que o governo federal abra mão de um pouquinho mais do royalty dele, porque quando os projetos chegarem no Senado, o debate será diferente.

■ **O senhor concorda com o argumento que os campos do pré-sal estão muito longe da costa e que a sua exploração não trará consequências para as cidades que justifique o pagamento de royalties diferenciados?**

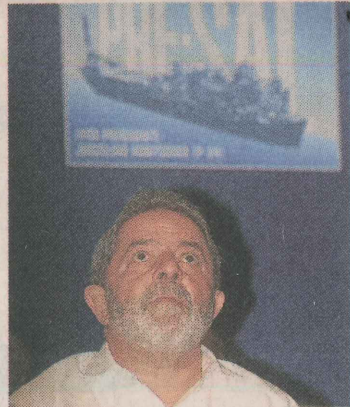
Isto é outra falácia. Se eu fosse governador do Rio, Espírito Santo e São Paulo diria para as companhias petrolíferas que elas estão proibidas de atracar nos portos dos três Estados. Vamos ver onde os navios iriam atracar e de onde iriam receber tudo o que precisam levar para as plataformas. Se eles precisam de alguma coisa em terra, então vamos falar para os governadores de Goiás e Minas Gerais, por exemplo, para que os navios voem até estes Estados, busquem tudo o que precisam e voem de volta para o mar onde estão as plataformas de produção. É pura falácia. O argumento não se sustenta. É claro que os Estados e os municípios são afetados pelas atividades de produção porque sofrem as consequências econômicas, sociais e de outras ordens. Então precisam ser recompensados por isto.

## Como tudo começou



### INAUGURAÇÃO

■ **Em setembro de 2008 foi extraído do campo de Jubarte o primeiro óleo do pré-sal de todo o país. O começo foi pelo Espírito Santo, com festa de lançamento com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após um ano da extração neste bloco, o presidente anunciou um conjunto de projetos de lei para mudar a forma de explorar petróleo no país.**



### POLÊMICA

■ **Antes mesmo de ir para o Congresso, o projeto causou muita polêmica porque os Estados produtores de petróleo se sentiram prejudicados na divisão dos royalties. Os governadores Paulo Hartung (ES) e Sérgio Cabral (RJ) foram negociar pessoalmente com Lula, que prometeu não prejudicar esses Estados, que são muito afetados pela produção.**



### DISCUSSÕES

■ **O novo marco regulatório está na Câmara dos Deputados. Propõe mudanças gerais na área de exploração e produção de petróleo e gás, desde a licitação dos blocos até a divisão dos royalties e benefícios. Mas os projetos ainda não foram votados em Plenário porque não houve consenso sobre como será a partilha dos royalties e participações especiais.**